

GEOMORFOLOGIA E TURISMO NO ESTADO DE MATO GROSSO

REFLEXÕES INICIAIS

Suíse Monteiro Leon Bordest¹

Este artigo tem por finalidade apontar alguns elementos da relação entre relevo e turismo mato-grossenses, numa leitura reflexiva e inicial nas discussões ambientais contemporâneas. Como ponto de partida, adotamos as palavras de um clássico da Geografia brasileira, Aziz Ab'Saber que, ao se referir às potencialidades paisagísticas brasileiras, insiste que “a paisagem é sempre uma *herança*. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades” (AB'SABER, 1977).

Ainda, plagiando Aziz (1977; 2003): Num primeiro plano de abordagem as paisagens têm sempre o caráter de heranças de processos de atuação antiga, remodelados e modificados por processos de atuação recente. Nessa tarefa, as forças naturais gastaram de milhões a dezenas de milhões de anos e os processos remodeladores recentes são do período Quaternário, quando surgem os primeiros seres humanos na Terra. Num segundo plano de abordagem, falamos da herança dos espaços territoriais, paisagens e ecologias pelas quais todos os segmentos são responsáveis, desde os mais altos escalões do governo e da administração, até o cidadão comum.

É na *Litosfera*, camada superficial do Planeta, onde são sintetizados os processos naturais e a dinâmica social, inter-relacionados. Os *processos naturais* (quase sempre imperceptíveis aos olhos humanos) que se manifestam desde os primórdios da História física da terra,

1 Drª em Geociências. Membro Efetivo do IHGMT.

e são entendidos numa escala temporal geológica; e os *processos sociais*, entendidos na escala humana, sinônimo da dinâmica social transformadora (pelo trabalho/inteligência dos seres humanos) que se manifesta em diferentes etapas da História da humanidade. Tais processos, inter-relacionados e em contínua transformação, evoluem perpetuamente.

Assim, entendemos que quanto mais os seres humanos evoluem técnico-cientificamente, mais se utilizam indiretamente da natureza natural, e mais a transformam (produção e reprodução do espaço geográfico) para atender às suas necessidades.

Reconhecer a indissociabilidade de múltiplas e complexas relações de aspectos naturais, econômicos, sociais, ecológicos, legais, políticos e culturais, que encerra a questão do meio ambiente, é uma das premissas deste trabalho, que oportuniza, numa visão ampla e conjunta, situações e potencialidades no estado de Mato Grosso, *pelo viés da paisagem geomorfológica*.

No atual panorama das discussões, a *transformação socioambiental* vem sendo amplamente apresentada através dos seus sintomas: falta de água potável, poluição atmosférica, demanda energética, esgotamento do solo e expansão das cidades, espaço cada vez mais limitado para a agropecuária, entre outros. Sem tocar na ferida, tenta-se justificar os sintomas, relacionando-os de maneira simplista à idéia de progresso, crescimento, desenvolvimento etc., quase sempre esquivando de compreensões acerca de relações sociais estabelecidas no atual modelo de sociedade capitalista e suas expressões mais recentes: sociedade do consumo, sociedade da informação, sociedade de risco, sociedade pós-industrial etc.

Loureiro (2007, p.15), citando outros autores, lembra que:

[...] a fase contemporânea do capitalismo, ao mesmo tempo em que espetaculariza a vida social (Debord, 1997) fragmenta a dimensão pública, esvazia a ação política e vincula a condição de cidadania ao padrão de consumo e manifesta a ação de grupos de monopólios que controlam setores estratégicos da economia, afetando a possibilidade material de sobrevivência das pessoas. Cria, assim, uma sensação de maior autonomia individual e de criação cultural, contudo, sob crescente concentração de poder público e acúmulo econômico. (JAMESON, 1996).

Ainda em Loureiro (2007), um convite à reflexão no campo ambiental e à luta política protagonizada por “sujeitos ecológicos” em consonância com as causas populares e a justiça socioambiental. Esse interesse pelo assunto refere-se à necessidade de uma reflexão,

neste momento de grande turbulência política e incertezas, quanto ao futuro da vida planetária e acirramento de conflitos em torno do uso, apropriação e distribuição dos denominados “recursos naturais”.

Comentar o *crescimento econômico* separando-o de outros processos socioeconômicos e ambientais pode ser uma maneira de buscar justificativa ao pensamento hegemônico do mundo atual, com base nas suas diferentes manifestações de mundo capitalista, como por exemplo: “toda evolução carrega consigo um custo proporcional ao crescimento.” E, como já foi dito, evitando-se tocar nas motivações cruciais dos fatos indesejáveis.

Para minimizar os problemas, os governos buscam medidas para equilibrar a situação e impedir uma possível desorganização do país, do Estado e dos municípios. No Brasil, a ameaça à biodiversidade está presente nos diferentes biomas, em decorrência, principalmente, do desenvolvimento desordenado de atividades produtivas. A degradação do solo, a poluição atmosférica e a contaminação dos recursos hídricos são alguns dos efeitos nocivos observados. Na maioria dos centros urbanos, os resíduos sólidos ainda são depositados em lixões, a céu aberto. Associa-se a isso um quadro de exclusão social e elevado nível de pobreza da população. Muitas pessoas vivem em áreas de risco, como encostas, margens de rios e periferias que, muitas vezes, não são computados nas avaliações (MMA/ProNEA, 2005, p.17).

O uso intenso do meio físico, pelos seres humanos, tem sido colocado em questão e repensado por vários pesquisadores, que se preocupam com os problemas decorrentes da inconseqüência de ações dos seres humanos no meio natural. Resume nossa idéia, as palavras de Fierz e Rosa (1999, p. 259):

As catástrofes causadas por inconseqüentes intervenções do homem no meio natural estão sendo colocadas em questão e avaliadas. A preocupação com a conservação e preservação tem aumentado à medida que o homem descobre o quanto o meio físico natural é essencial para se ter uma melhor qualidade de vida e para a evolução das espécies animais e vegetais bem como, para a própria sobrevivência. Porém, esta preocupação com o meio ambiente está muitas vezes mascarada, escondendo interesses econômicos de certos grupos, que a transformam em um modismo. E tendo a mídia como aliada, estes grupos podem maximizar a exploração econômica sobre o meio.

Num breve retrospecto histórico, lembramos que a preocupação com o meio ambiente, iniciada principalmente a partir da década de 1970, acontece com as mobilizações sociais, que passam a criticar não apenas o modo de produção capitalista, mas, também, repensar

a qualidade de vida, a alimentação, a saúde e o lazer, relacionando-os com o desenvolvimento industrial, tecnológico e urbano. A Conferência de Estocolmo, no ano de 1972, marcou o início de uma nova era, no que diz respeito à relação homem-meio ambiente. O relatório *Meadows* (1972) destaca os limites do crescimento. A Conferência de Belgrado (1975) estimulou um processo de reflexão sobre os problemas do Planeta; e a Conferência de Tbilisi (1977), estabeleceu critérios e diretrizes que deveriam inspirar o desenvolvimento desse movimento educativo nas décadas seguintes. Essa preocupação com o meio ambiente prossegue na década de 1990, incidindo nas mais diferentes esferas do tecido social, sobretudo nas dinâmicas econômica, política, cultural e social, tendo um alcance significativo no campo da educação ambiental.

Frente à inquietação na relação sociedade-natureza e adequada aos padrões ambientais atuais, debates e reflexões, voltados à temática ambiental, acontecem mais frequentemente no meio acadêmico, merecendo destaque às questões do *planejamento*, que devem anteceder qualquer tipo de uso e ocupação.

Nesse particular, merece menção o fato de que no estado de Mato Grosso, uma proposta de Zoneamento Socioeconômico-Ecológico, iniciada na década de 1980, atualmente sob coordenação de órgãos como a SEMA e SEPLAN, encontra-se em fase de discussão com a sociedade civil, através de seminários e audiências públicas na Assembléia Legislativa.

Diante da complexidade de qualquer planejamento, emergem nesse caso inúmeras interrogações quanto às intencionalidades implícitas nas formas de disciplinar as ações humanas que modificam o meio ambiente no Estado. Sem perder a noção de contexto, particularizamos um dos elementos da natureza: o *relevo terrestre* -, objeto de estudo da Geomorfologia e de reflexão de diferentes ramos do saber científico ou popular. Assim, na perspectiva do *relevo terrestre*, um dos fatores naturais ambientais, onde ocorrem as principais transformações pelas “apropriações” legal ou ilegalmente constituídas, questiona-se:

- 1 Se algum “interesse” particular, no âmbito político, econômico e social, possa estar oculto nos planejamentos governamentais e não-governamentais, como desvendar os *ilícitos* antes da promulgação das Leis?
- 2 Se da alta *potencialidade* para o desenvolvimento turístico no Estado, estabelecem-se relações conflituosas entre *conservação e uso*, como lidar com os conflitos?

Em síntese, e para finalizar, queremos reafirmar a validade de se reconhecer a indissociabilidade de múltiplas e complexas relações de

aspectos naturais, econômicos, sociais, ecológicos, legais, políticos e culturais que encerra a questão do meio ambiente, não apenas como retórica, mas na prática efetiva das ações. E, ainda, retornar as palavras de Aziz Ab'Saber de que a paisagem é sempre uma *herança*.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. **Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição**. Rio de Janeiro: IBGE, Supren, 1977.
- AB'SABER, A. Brasil: **Paisagens de Exceção**. O litoral e o Pantanal Mato-Grossense, Patrimônios Básicos. Cotia, SP: Ateliê, 2006.
- AB'SABER, A. **Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BORDEST, Suíse Monteiro Leon (Org.) **Tessituras da Educação Ambiental nas Paisagens Pantaneiras**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008.
- BORDEST, Suíse Monteiro Leon. **Patrimônio Ambiental de Chapada dos Guimarães: Olhares e Possibilidades Turístico-Culturais**. MT: Cuiabá, MT: EdUFMT, 2005.
- BORDEST, Suíse Monteiro Leon (Org.). **Matutando Turismo**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 1997.
- REVISTA CAMALOTE eco & turismo. **Cuiabá: Primeira Página Editorial**, ano 02, edição 12, jul. 2008.
- GRÜN, Mauro. **Em busca da dimensão ética da Educação Ambiental**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.) **A Questão Ambiental no Pensamento Crítico**. Natureza, Trabalho e Educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.
- MMA-Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de EA. ProNEA. **Programa de Educação Ambiental**. Brasília: MMA, 2005 .
- ROSS, Jurandir L. Sanches. Compartimentação Geomorfológica de Mato Grosso. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina S. (Orgs.). **Geografia de Mato Grosso**. Território, Sociedade e Ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005, p. 218-231.